

O espaço rural como construção social: agentes políticos e instituições no processo de relações da agricultura familiar

Denes Dantas Vieira¹

RESUMO

O presente artigo desenvolve suas análises tendo como ponto de partida as práticas sociais dos agentes da agricultura familiar. O objetivo deste artigo é refletir sobre as redes de articulação social e política, suas organizações e instituições prevaletentes e originadas de uma trajetória social que produziu um *habitus* coletivo entre os agentes da agricultura familiar no território do Sertão do Apodi no estado do Rio Grande do Norte. Os conceitos de *habitus*, de Campo e de capital do sociólogo Pierre Bourdieu servem de apoio teórico para as análises do trabalho. Foram realizadas entrevistas com lideranças e integrantes das ações desenvolvidas nas redes de relacionamentos do território. Como conclusão, aponta para a construção de um campo relacional bastante peculiar para atuação desses agentes no Sertão do Apodi. Mesmo com as semelhanças e as diferenças identificadas e analisadas na construção do campo, as relações sociais dos agentes no território resultam em uma diversidade de consensos e de conflitos que são essenciais para o que resultaram as relações sociais dos agentes da agricultura familiar no Sertão do Apodi: capital social construído e mobilizado de forma não, necessariamente, horizontalizada, mas com destaque e capacidade de produzir ganhos de variadas ordens para seus grupos sociais.

Palavras-chave: agricultura familiar. Capital social. *habitus*.

ABSTRACT

The article develops its analysis taking as its starting point the social practices of family farming agents. This article aims to reflect on the networks of social and political articulation, their organizations and prevailing institutions originated in a social history that produced a collective *habitus* between agents of family farming in the territory of Apodi, Rio Grande do Norte state. The concepts of *habitus*, field and capital of Pierre Bourdieu serve as theoretical support for the analysis of the work. Leaders and members were interviewed with the actions developed in spatial relationship networks. As a conclusion, it aims to a very peculiar relational field construction to the performance of these agents in the backland of Apodi. Despite the fact the relational field in the territory has been structured under the same prevailing institutions, such as, church, syndicate, and political party, the social practice of the agents seems to be oriented as from varied social and political positioning. Even with the identified and analysed similarities and differences in the construction of the field, the social relations of the agents in the territory

¹Doutor em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRN, professor adjunto do Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF e Pesquisador do Laboratório de Estudos Rurais da UFRN.

results in a diversity of common understandings and conflicts which are essential to what resulted the social relations of the family agriculture agents in the backcountry of Apodi: Social capital built up and mobilised in a, not necessarily, homogeneous, but with eminence and capacity to produce a variety of earnings to their social groups.

Keywords: family agriculture. Social capital. habitus.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe-se a analisar as redes de relacionamentos das lideranças da agricultura familiar no território potiguar do Sertão do Apodi. O resultado dessa pesquisa é parte da tese de doutorado defendida por seu autor, em junho de 2013, intitulada “Os empoderados da agricultura familiar: Capital social nos territórios do Seridó e Sertão do Apodi/RN”.

O território do Sertão do Apodi tem importantes redes de articulação política com agentes que protagonizam a cena social da agricultura familiar. Nesse contexto, algumas instituições foram importantes para a construção de uma trajetória que forjou inúmeras lideranças, entre essas lideranças destacamos o papel das organizações não governamentais, das Igrejas, dos programas do Governo Federal, dos sindicatos e dos partidos políticos.

No decorrer da pesquisa percorreu-se 8 dos 17 municípios do território, onde entrevistas, auxiliadas por um trabalho de observação cuidadoso, contribuíram para as análises finais do presente trabalho. A participação dos agentes em redes de articulação do território e em ações coletivas em prol da política da agricultura familiar no Sertão do Apodi foi rastreada ao longo de uma década de vivência com o tema.

Durante a pesquisa, foi comum identificar que a representação dos agentes se repetia nos espaços de articulação, a exemplo da rede da Articulação do Semiárido (ASA)², do Polo Sindical, do Projeto Dom Helder, do Colegiado Territorial, da Rede Pardal, da Rede XiqueXique etc.

Durante as entrevistas, foi comum ocorrerem insistências, por parte dos agentes, em mostrar quais seriam os resultados de suas intervenções, fruto dos trabalhos nas comunidades dos territórios. Entre esses afazeres estão: a cisterna construída, a horta, a casa de farinha, o projeto de geração de renda que funciona, a reunião da associação, a mobilização do sindicato, enfim, exibir o que seria resultado para muitos era provar que tudo funcionava, estava dando certo.

No entanto, pareceu mais sedutor identificar e compreender o conteúdo de suas falas, a posição das lideranças, suas relações no grupo e fora dele, através de estratégias de negociações, bem como o reconhecimento e a legitimidade adquirida por parte dos demais agentes no interior do território.

A pesquisa foi desenvolvida com o auxílio teórico e metodológico dos conceitos de *habitus*³, de campo e de capital de Pierre Bourdieu. O artigo não apresenta um debate teórico sobre os conceitos anteriormente citados, pois a prioridade do trabalho é apresentar as análises da trajetória dos agentes através da explicitação dos conflitos, dos consensos e das disputas no território.

O conceito de *habitus* é usado como importante ferramenta metodológica, que resultou em um estudo das práticas sociais dos agentes que lideram a cena política da agricultura familiar no território

²AASA-Brasil foi criada em 1999, seu principal projeto é o P1MC “Projeto Um Milhão de Cisternas” (DUQUE, 2008).

³A palavra *habitus* vem do latim e significa disposição para agir. Para Bourdieu, o *habitus* é adquirido pelo agente ao longo de sua trajetória social. É durante a trajetória social que o agente adquire capital de variados tipos: Social, Econômico, Humano e Simbólico para ser usado no campo de relações (ou nos campos relacionais) de um determinado espaço social.

do Sertão do Apodi. Para este estudo, analisou-se a maneira como os agentes percebem e classificam a realidade social, construída em torno do debate da agricultura familiar em seu território, como são processadas as disputas e a concorrência por poder.

O presente artigo persegue o valor atribuído por agentes específicos de um determinado campo de relações. Nesse caso, fala-se dos agentes que formam e concebem um campo de posições e de relacionamentos de liderança da agricultura familiar, que disputam recursos de diversas ordens, formas de capital, e concorrem por legitimidade e público em um espaço social por eles assim percebido – o Sertão do Apodi.

2 ESPAÇO SOCIAL CONSTRUÍDO

O Sertão do Apodi existe enquanto espaço social a partir da concepção dos agentes do campo de relações da agricultura familiar. O território é visto e exercitado nas estratégias desses agentes, sendo a política territorial responsável apenas por potencializar uma arena de atuação. O programa Territórios da Cidadania funcionou, sobretudo, para oferecer sentido a inúmeras outras iniciativas já existentes no Sertão do Apodi.

Trata-se de uma visão estratégica de ação incorporada pelos agentes para pensar a atuação em redes e elaborar o lugar de onde o campo repercute suas relações de poder. O Sertão do Apodi existia no circuito de afinidades políticas dos agentes e a política territorial veio dar contornos oficiais às práticas produzidas pelos agentes.

O mapa 1 mostra o Rio Grande do Norte dividido a partir da concepção da política territorial e identifica 10 territórios potiguares: Alto Oeste, Sertão do Apodi, Açu/Mossoró, Seridó, Sertão Central Cabugi, Mato Grande, Trairi, Potengi, Terra dos Potiguares e Agreste Litoral Sul.



Mapa 1 – Mapa dos Territórios do estado do Rio Grande do Norte.

Fonte: Jéssica Oliveira Domingos – Tecnologia em Gestão Ambiental.

Apesar de o Rio Grande do Norte ter sido dividido e reconhecido por meio de 10 territórios, atualmente, apenas 6 são alvo dos investimentos da política territorial do Governo Federal, quais sejam: Seridó, Sertão do Apodi, Alto Oeste, Açu/Mossoró, Potengi e Mato Grande.

Pensar em ações, em programas e em projetos de desenvolvimento na concepção territorial é uma compreensão também compartilhada por Abramovay (2003), quando ele une as prerrogativas presentes nos laços informais e identidade dos grupos sociais, para fazer referência a defesoado conceito de território.

O Sertão do Apodi tem uma área de 8.280,20 km² e representa os municípios de Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Janduís, Messias Targino, Olho d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal, Upanema, Augusto Severo e Governador Dix-Sept Rosado.

A população total desse território é de 157.247 habitantes, dos quais 55.790 vivem na área rural, o que corresponde a 35,48% do total. O território possui 9.152 agricultores familiares e 2.860 famílias vivendo em áreas de assentamento rural destinadas à reforma agrária, contando também com uma comunidade quilombola.

Como afirma Bourdieu (2011a), os espaços sociais funcionam como “recortes geográficos”, como se fossem partes de um “mapa” com aspectos diferentes e que se juntam para formar uma complexa rede de relações. No interior dos espaços sociais, os campos funcionam através das redes de relacionamentos.

A posição dos agentes no interior dos campos reflete as percepções dos seus agentes sobre o espaço social como um todo. Em um movimento dialético, as trajetórias sociais dos agentes são estruturadas e estruturantes de instituições que oferecem sentido à organização do espaço social. Assim, o território do Sertão do Apodi é como um espaço social erguido e concebido pelos agentes, por um lado, através da influência do campo sobre suas práticas, tentando conservar e reproduzir suas estruturas, por outro lado, a força do *habitus* oferece oportunidade para a mudança e a inovação.

Os territórios não são apenas recortes políticos ou delimitações geográficas em meio aos aspectos naturais. Eles são, sobretudo, resultados e expressões das práticas dos agentes em movimento, em disputa e em concorrência por poder nos campos de relacionamento que integram. Os diferentes tipos de capital em jogo, com desiguais formas de acesso, são resultados das trajetórias dos agentes.

2.1 DE ONDE FALAMOS: O SERTÃO DO APODI, SEUS AGENTES E SUAS TRAJETÓRIAS

O município de Apodi dá nome ao seu território, é como se fosse a capital, área de influência de todos os agentes da agricultura familiar que ali vivem e desenvolvem suas atividades. Apodi herdou, da igreja, muitas organizações sociais, a partir da década de 1960, tanto devido à presença dos padres Pedro e Teodoro quanto ao trabalho da Comissão Pastoral da Terra, órgão ligado à Diocese de Mossoró, que até hoje continua exercendo influência sobre o sindicato dos trabalhadores rurais daquele município.

O que acontece no município de Apodi, sobre a percepção da existência de uma forte organização social, identidade compartilhada e de engajamento social dos agentes, não é uma qualidade creditada ao território do Sertão do Apodi, com seus 17 municípios, essa é característica, quase sempre, creditada ao município que dá nome ao território.

O município de Apodi ficou famoso pela presença de ONGs em suas comunidades rurais e áreas de assentamento de reforma agrária, sendo alvo das atividades de quase todas as entidades que de alguma forma têm atuação no território. O município foi objeto de intensa criação de áreas de assentamento para programas de reforma agrária na década de 1990. Essa particularidade colaborou com

a emergência de toda uma dinâmica política, tanto por parte dos agentes internos quanto de agentes externos, para oferecer infraestrutura e sobrevivência aos assentados.

A atuação dessas instituições, seus agentes e seus projetos desenvolvidos no território como um todo ocorreu a partir da implementação de programas governamentais de assistência técnica e de fomento ao desenvolvimento rural sustentável, devido, principalmente, à questão da reforma agrária. Esse aspecto, unido ao trabalho de formação deixado pela igreja em alguns municípios, foi fundamental para a criação de um ambiente institucional favorável ao surgimento de novos agentes sociais no território.

A primeira experiência de extensão rural e de assistência técnica para áreas de assentamentos de reforma agrária a ser desenvolvida ainda na década de 1990 foi a CONTACAP, em seguida, surgiu o Projeto Lumiar⁴, que impulsionou a criação de inúmeras ONGs. Com isso, o governo passou a terceirizar o trabalho, contratando instituições para realizar suas obrigações.

A Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC) foi a ONG que iniciou as atividades nas áreas de assentamento do território do Sertão do Apodi. Logo depois, vendo que não daria conta das demandas crescentes, ela estimulou a criação de cooperativas de técnicos para oferecerem assistência aos assentamentos que surgiam.

O Centro Terra Viva, uma das mais importantes ONGs do território, nasceu dessa necessidade de atuação. Ainda no auge dos conflitos entre os sindicalistas, década de 2000, um grupo de assessores saiu da Terra Viva por discordar do apoio dado à criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e criou outra entidade, a Terra Livre. Posteriormente, outras importantes ONGs do território foram desenvolvidas com o mesmo intuito, como é o caso da Coopervida e da ATOS.

Para muitas dessas ONGs, foi fundamental contar, em seus quadros de assessores, no caso dos agrônomos, com profissionais que passassem pela experiência formativa do intitulado Grupo Verde de Agricultura Alternativa/Grupo Verde⁵, criado por alguns alunos e professores da antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), hoje Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

O Grupo Verde pautava-se na defesa das práticas agroecológicas e em processos de desenvolvimento que levassem em conta o ideal da sustentabilidade. A experiência do Grupo Verde foi uma matriz de formação importante para inúmeros agentes, que, enquanto técnicos, ainda hoje atuam nas redes da agricultura familiar.

O Grupo Verde produziu muitos agrônomos que não trabalham somente em ONGs, mas também em órgãos governamentais de pesquisa e de assistência técnica bem como outros que continuaram na universidade, seguindo carreiras acadêmicas. Hoje, a contratação de profissionais é mais flexibilizada e a maioria das ONGs tem, no seu processo seletivo, critérios muito específicos para escolher seu corpo técnico. No território do Sertão do Apodi, os sindicalistas já tiveram forte parceria com as ONGs e seus agentes, mas, a partir do fim da década de 2000, eles têm rivalizado na disputa pela legitimidade social perante o segmento da agricultura familiar do território.

No caso do município de Apodi, o atual grupo que coordena o sindicato já sofreu com a oposição de dissidentes apoiados por ONGs. Uma parte das lideranças sindicais de Apodi, por não se sentir

⁴Projeto de assistência técnica às áreas de assentamentos rurais para reforma agrária do Governo Federal, década de 1990.

⁵Grupo criado na década de 1980 por professores e alunos da antiga Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), atualmente chamada de Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), simpatizantes das práticas agroecológicas. A experiência do Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA) é considerada por muitos agrônomos entrevistados como uma importante matriz formadora.

contemplada pela divisão de poder no interior do sindicato, criou outros espaços de organização, sendo as cooperativas exemplos dessas iniciativas.

Somado a isso, também tiveram as mudanças na organização em relação à adesão da nova federação, FETRAF, concorrente do sistema sindical da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FETARN), com a qual muitas lideranças ainda mantinham fortes ligações. Essa mudança fez aumentar ainda mais as disputas por poder entre os sindicalistas, o que, conseqüentemente, ocasionou tremores no campo de relações desse segmento em todo o território.

O sindicato de Apodi se tornou muito grande e importante no território e em todo o Rio Grande do Norte. Sua complexidade política acabou por gerar grupos antagônicos em seu interior, que passaram a disputar o controle do sindicato e a influência sobre as áreas de atuação. A partir da década de 2000, com a criação da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP), a concorrência por espaço e poder ganhou novos contornos.

Muitas parcerias foram desfeitas entre os agentes que atuam em Apodi, a exemplo da ONG Terra Viva, que já foi aliada do sindicato e hoje questiona as posturas políticas deste. No caso da eleição para gestão da COOAFAP, os dissidentes do sindicato formaram uma chapa e impuseram uma derrota às lideranças que coordenam o sindicato, fato que, naquele momento, selou o distanciamento do Centro Terra Viva com o *staff* do sindicalismo rural local.

Um elemento de grande preponderância para os agentes, que estão em ONGs e nos sindicatos, tem relação com a presença, no Sertão do Apodi, do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). O PDHC é, nas mãos dos agentes da agricultura familiar, um poderoso mecanismo de acúmulo de capital social, econômico, cultural e simbólico no território.

O programa repassa recursos para ONGs cadastradas com o propósito de que elas desenvolvam atividades produtivas na perspectiva de geração de renda e de organização social e política de comunidades rurais e áreas de assentamento em 10 municípios, os quais são atingidos pelo programa. O Projeto Dom Helder consolidou a construção de um circuito de lideranças, como será analisado mais adiante neste trabalho.

O Projeto Dom Helder é uma ação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mas é financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário (FIDA). No Rio Grande do Norte, ele atua desde 2003 e é desenvolvido no território do Sertão do Apodi.

O Projeto Dom Helder está presente em oito territórios de seis estados nordestinos: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco e Alagoas. O objetivo do projeto é criar estratégias de convivências com a seca através de abordagens agroecológicas e de metodologias participativas com os agricultores familiares.

Para o Rio Grande do Norte, a escolha do território do Sertão do Apodi se deveu, principalmente, a uma tradição organizacional que já existia, o que chamou atenção do MDA. Logo, a ideia do programa é potencializar experiências concretas que facilitem a implementação de suas estratégias e objetivos. Por outro lado, a FETARN, através da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), também foi consultada sobre a escolha do território.

A coordenação do Projeto Dom Helder dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi indicada pela CONTAG. Nos estados onde o projeto é desenvolvido, seus coordenadores nos territórios passam pelo crivo das Federações de Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAGS), ligadas ao sistema CONTAG. No caso do Rio Grande do Norte, coube à FETARN exercer esse papel, da mesma

forma que também ocorreu com a escolha dos mobilizadores de área, espécie de agente que articula os agricultores, os sindicatos e os polos sindicais da afiliada, a CONTAG, para as atividades do projeto, desempenhando papel importante em todo esse processo.

A escolha do Sertão do Apodi para sediar o PDHC teve um aspecto “muito político”, afirma uma assessora do programa, Núbia Costa. Natural de Apodi, formada em agronomia pela UFERSA, Núbia trabalhou como assessora de uma ONG do território e atualmente é contratada pelo Projeto Dom Helder. Ela ainda argumenta que para a implantação do programa no território potiguar, concorreu uma série de fatores, tais como a existência de sindicatos fortes, aliados às possibilidades de intervenção das organizações sociais já criadas pelas iniciativas do antigo Projeto Lumiar no Sertão do Apodi.

A distribuição maior ou menor dos recursos do Projeto Dom Helder no território tem ligação, sobretudo, com a capacidade organizacional existente nos municípios para apresentar bons projetos que sejam viáveis. Os locais que tinham associações e organizações comunitárias já constituídas se favoreceram bastante com sua chegada. Em alguns municípios, o programa buscou potencializar as iniciativas comunitárias existentes, já em outros, elas precisaram ser criadas.

Uma das mais importantes agentes à frente do PDHC foi Rosane Gurgel, que coordenou o projeto no território do Sertão do Apodi, no período de 2004 até 2012. Rosane é casada com Robson Gurgel, dirigente da ONG ATOS, entidade que presta assessoria às áreas rurais do território.

Natural do município de Campo Grande, Rosane é graduada em Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Filha de agricultor, a ex-coordenadora do PDHC foi influenciada pela liderança de um dos mais importantes agentes políticos do campo da agricultura familiar do Sertão do Apodi, o ex-vereador de Campo Grande, hoje falecido, Ronaldo Valença. Atualmente, é funcionária do corpo administrativo da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), *campus* de Caraúbas. Perguntada sobre a questão da escolha do território do Sertão do Apodi para sediar o Projeto Dom Helder no estado, Rosane Gurgel falou:

[Há] Um equilíbrio de fatores, entre eles a questão visível e já reconhecida da organização social existente, o Projeto Dom Helder trabalha com experiências exitosas, nesse sentido ele veio para fortalecer o que existia, potencializando essa organização social para o bom desempenho de projetos a serem executados.

O Projeto Dom Helder atua em 10 dos 17 municípios do Sertão do Apodi. São eles: Apodi, Caraúbas, Janduís, Campo Grande, Umarizal, Felipe Guerra, Governador Dix-sept Rosado, Upanema, Paraú e Olho D’água dos Borges. Por meio das entrevistas realizadas com os agentes de municípios que estão fora da área de abrangência do PDHC, identificou-se que esses municípios, de certa forma, acabam sentindo-se excluídos, por não serem alvos da execução das ações das ONGs, que utilizam os recursos do programa.

Por ser uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PDHC adotou, para sua atuação, o mesmo recorte territorial pensado pelo Ministério para suas demais ações. O PDHC optou por desenvolver suas iniciativas a partir da concepção dos Territórios da Cidadania.

O trabalho do Dom Helder com as ONGs parece variar de acordo com a capilaridade das parcerias estabelecidas nos municípios e com questões locais. Segundo Núbia Costa, os resultados do programa têm quase sempre relação com aspectos existentes nas próprias áreas de atuação. Quando a

comunidade já dispõe de recursos naturais, que podem ser explorados e, aliados a isso, tem algum nível de organização, torna-se mais fácil potencializar as iniciativas anteriores e a promoção de novas ações dentro dessa comunidade.

No município de Apodi, uma das primeiras associações surgiu na comunidade rural de Água Fria, por influência de uma religiosa alemã que trabalhou no território. A constituição da associação de Água Fria nasceu da reivindicação por abastecimento de água na comunidade. O atual presidente do sindicato de Apodi, Francisco Edilson, é natural dessa mesma comunidade. Foi a partir das ações coletivas em torno da luta pela água que, na época, o jovem Edilson começou sua militância no movimento social.

As ONGs alcançam melhores resultados quando encontram nas áreas de atuação algum grau de associativismo ou um potencial a ser explorado nesse sentido. Os resultados práticos desses processos de intervenção não somente no Sertão do Apodi, mas em outros territórios têm como maior ganho a construção e mobilização de capital social. As ONGs, com resultados satisfatórios, têm a capacidade de estabelecer outros tipos de parceria, para além do PDHC, como convênios e fontes de financiamentos, que acabam potencializando suas ações.

Uma ONG que realiza um trabalho discreto, mas com grande capacidade mobilizadora no território do Sertão do Apodi, é o Centro Feminista 8 de Março (CF8). Através do CF8, grupos de mulheres do território têm acompanhamento formativo, com oferta de cursos, oficinas e desenvolvimento de ações coletivas. No dia 10 de dezembro de 2012, a Marcha Mundial de Mulheres, movimento internacional do qual o CF8 faz parte, reuniu mais de duas mil mulheres vindas de todo o Rio Grande do Norte para protestar contra a proposta do Projeto de Irrigação da chapada do Apodi, por parte do Governo Federal.

Entre essas mulheres, encontrava-se Kika, uma liderança expressiva entre as mulheres do território. Kika, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Apodi, começou a participar do grupo de jovens e dos trabalhos da Igreja Católica logo cedo (ela também é filiada aos Partidos dos Trabalhadores). Depois que seu pai se tornou assentado, ela viveu sua primeira experiência de organização e de trabalho político junto ao sindicato.

A sindicalista e a feminista Kika lembra que a experiência da igreja em incentivar a organização social no município foi muito importante para o movimento social de Apodi. Ela recorda o valor da participação das mulheres nos espaços de discussão política do movimento social, para o que a formação oferecida pela ONG Centro Feministas 8 de Março tem sido fundamental.

Os agentes do território argumentam sobre os ganhos efetivos para as comunidades alvo do processo organizativo no Sertão do Apodi e afirmam que sua organização tem relação com a obtenção da melhoria das estradas, a chegada da luz elétrica, a construção de casas e de cisternas ou o abastecimento de água. Esses aspectos são facilmente identificados e apontados pelos agentes do território como resultados do acúmulo de capital social.

Outra pesquisa realizada no território aponta, sobre esse aspecto, para algo semelhante. Em pesquisa realizada em 2007 sobre os impactos do PRONAF B no Nordeste, identificou-se que os seus maiores resultados na vida dos agricultores familiares beneficiados não foram, necessariamente, relativos ao aumento de renda (GOMES DA SILVA, 2008). Na pesquisa sobre os impactos do PRONAF B, constatou-se a criação de uma verdadeira rede de relações envolvendo o Banco do Nordeste, a EMATER e, em alguns casos, ONGs, sindicatos e comunidades rurais e suas associações.

Os agricultores se informavam do PRONAF B e de outras políticas através das reuniões das associações e dos sindicatos. A EMATER participava das atividades para explicar o seu funcionamento, os

técnicos elaboravam os projetos produtivos e o Banco do Nordeste recebia os agricultores para consolidação dos contratos de empréstimos. Enfim, o ganho maior na vida dos agricultores que acessaram o PRONAF B constatou-se muito mais em relação aos laços de reciprocidade, confiança e solidariedade construídos entre eles e os mediadores do programa.

Em relação à organização social mobilizada e à presença do grande número de ONGs atuando no território e em particular no município de Apodi, há controvérsias sobre a primazia de quem se beneficiou do que. Segundo Nerivam, assessor da ONG COOPERVIDA, “ninguém sabe direito se foram as ONGs que se beneficiaram do capital social já existente ou se foi o capital social que foi construído por causa da presença das ONGs”.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi uma das primeiras entidades a atuar no território, o que ocorreu antes mesmo do processo de reforma agrária, dos projetos de assistência técnica e das ONGs, que posteriormente foram chegando para realizar o trabalho de assessoria. A CPT foi importante para apoiar os sindicatos do território no processo de reforma agrária, com a implantação de vários assentamentos. Ela teve papel crucial incentivando a organização dos agricultores em associações e apoiando o surgimento de novas lideranças sindicais nas áreas rurais.

Um dos agentes mais reconhecidos da CPT é Antonio Milton Bezerra Junior, natural do município de Upanema, no Sertão do Apodi. Ele é assessor da Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Mossoró e filiado ao PT. “Junior da CPT”, como é mais conhecido Antonio Milton, destaca que começou sua militância no grupo de jovens de seu município (Upanema), onde o padre Pedro Neefs, da paróquia de Campo Grande, tinha grande influência. O padre holandês é considerado um dos primeiros padres da Diocese de Mossoró a pautar suas ações através da Teologia da Libertação.

Apesar de atualmente contar com pouca estrutura de trabalho no Sertão do Apodi, a CPT ainda possui muito respeito político nas redes de relacionamento do território. Isso ocorre pelo fato de ela ter desempenhado um papel importante tanto no trabalho que já realizou na formação de assentamentos rurais, no suporte político para os sindicatos e para a fundação da FETRAF quanto em relação à influência que até hoje ela exerce sobre o maior e mais importante sindicato do território, o de Apodi.

Os sindicatos do Sertão do Apodi que de alguma forma tiveram influência da CPT foram alguns dos primeiros a se filiarem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Rio Grande do Norte. Até aquele momento, o sistema CONTAG considerava a CUT sua adversária. Esses mesmos sindicatos foram lideraram, posteriormente, o racha no interior do sistema FETARN/ CONTAG e criaram a FETRAF no estado, com a contribuição especial dos agentes do Sertão do Apodi.

Na década de 1990, CUT e CPT, como já dito, apoiaram no Sertão do Apodi as oposições sindicais. No nível nacional, a CONTAG era distante da CUT, pois via no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) da central uma atuação constante junto às suas bases, com ações na tentativa de desconstruir as práticas da confederação e suas federações afiliadas.

O polo sindical no território do Sertão do Apodi foi uma das primeiras experiências de descentralização sindical, isso mesmo antes do racha da FETARN. Os sindicatos mais cutistas e alinhados com o Partido dos Trabalhadores (PT) viam na constituição de polos sindicais uma forma de autonomia em relação à centralidade da FETARN. A experiência dos polos sindicais é desenvolvida através de rede e tem como estratégia aproximar os sindicatos com questões em comum, sobretudo potencializar ações políticas. A FETARN acabou por adotar essa forma de organização para todo o Rio Grande do Norte.

O assessor da CPT, Junior, lamenta que a criação da FETRAF não tenha conseguido trazer o movimento sindical rural mais para a esquerda, assim como ocorreu com o surgimento da Via Campesina no país. Para Junior, hoje as disputas que levaram ao racha no sistema CONTAG/FETARN revelam que as divergências eram um jogo de poder, e não decorrente de concepções diferentes de projeto sindical.

Ele avalia as especulações em relação à possível saída do sindicato de Apodi do sistema FETRAF e ao retorno a FETARN, dizendo: “isso não está na pauta de debates, mas os sindicalistas de Apodi estão desapontados com os rumos da Fetraf”. A presença da CPT foi decisiva para politizar a formação de novos agentes e para pensar um projeto político em longo prazo para muitos sindicatos do território e para um novo associativismo rural, que passou a ocupar um lugar de destaque no cenário social local.

Em relação aos projetos políticos partidários, constantemente, esses agentes atuam de forma a fortalecerem o engajamento nos partidos e ampliarem a capacidade de ação no interior do campo de relações da agricultura familiar. Nesse sentido, tornou-se cada vez mais difícil separar a atuação dos agentes nos sindicatos e/ou em ONGs de seus projetos de poder político partidário local.

A percepção quase generalizada, sobretudo, entre os sindicalistas, de que é necessário ocupar o poder da política institucionalizada através da conquista de mandatos eletivos em câmaras de vereadores e prefeituras, passou a ser perseguida por muitos. As divergências dos sindicalistas com as ONGs e com setores da igreja são quase sempre relacionadas à falta de cumplicidade em torno de projetos políticos partidários comuns.

Em resumo, a efervescência social do território do Apodi, que tanto chama atenção, é resultado de um processo social que começou na década 1960, com a criação de sindicatos e com a influência da Igreja Católica, e teve seu apogeu nos anos 1980 e 1990, com a criação de ONGs e as filiações partidárias dos agentes da agricultura familiar. As atividades desenvolvidas por instituições internas e externas ao território fortaleceram os fatores que possibilitaram tanto a construção de novos referenciais de organização quanto potencializaram os recursos sociais já disponíveis.

3 CONFLITOS E DISPUTAS POLÍTICAS NO SERTÃO DO APODI

Será explorada a importância de algumas das principais redes de articulação política para a formação de um campo de relações da agricultura familiar no território do Sertão do Apodi. É destacada, nas diferentes redes, a trajetória dos agentes na construção da matriz do *habitus* para atuação nesse campo, bem como suas particularidades.

Os conflitos, as disputas e a concorrência pelas melhores posições no campo são analisados na forma como os agentes elaboram seus discursos a partir de suas práticas sociais. Nesse sentido, identifica-se que a construção e a mobilização de um tipo de capital social nos territórios são utilizadas pelos agentes para acessar outras formas de capital, adquirir reconhecimento no campo, transitar entre diferentes campos e buscar projeção em todo o espaço social em que atuam, ou seja, no território do Sertão do Apodi.

3.1 A FORMAÇÃO DE UM CAMPO DE RELAÇÕES

No Brasil, inúmeras foram as iniciativas de organização dos agentes da agricultura familiar em busca de visibilidade e reconhecimento social. Por muito tempo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETARN), filiada ao sistema CONTAG, homogeneizou o debate político no que tange à representação desse segmento no Rio Grande do Norte.

Com o período da redemocratização iniciado na década de 1980, novos agentes sociais entraram em cena (SADER, 2001). No debate sobre a agricultura familiar, grupos políticos no interior do tradicional movimento social rural começaram a se antagonizar através de posições divergentes a respeito dos rumos da representação e da luta política desse segmento social. Em torno dos processos de reivindicação e preposição, estava em jogo o debate de um projeto de desenvolvimento rural para o Brasil e o lugar dos agricultores familiares nesse projeto.

Mesmo diante da fragmentação de posições e da diversidade de novos agentes sociais agora existentes, o fim do século passado e os primeiros anos da década de 2000 ficaram marcados pelas iniciativas de trabalho em rede como forma de potencializar esforços e a atuação de diferentes agentes. No caso do Nordeste, a experiência da Articulação do Semiárido (ASA) é considerada exitosa. Nascia assim uma estratégia de militância que, a partir de então, daria nova formatação ao campo de poder dos que falavam em nome dos agricultores familiares.

No Rio Grande do Norte, ainda na década de 1990, o Fórum do Campo Potiguar (FOCAMPO) foi uma experiência de atuação em rede que tinha como objetivo reunir movimentos sociais e dirigentes de ONGs, que desenvolviam ações nas áreas rurais (SILVA, 2000). Por muito tempo, o FOCAMPO foi a única e até hoje uma das poucas experiências de organização com capacidade de agregar diferentes agentes com atuação política e social nas áreas rurais do Rio Grande do Norte.

A experiência do FOCAMPO sempre foi bem avaliada. A ideia sempre foi a de torná-lo uma arena de discussão conjunta de ações coletivas para reivindicação e proposição de políticas públicas para a agricultura familiar. A força do FOCAMPO residia na união de esforços, na ação conjunta dos agentes na hora de sentar-se à mesa de negociação com representantes dos governos.

Em meados da década de 2000, o FOCAMPO foi desfeito por questões de concepção de trabalho, conflitos políticos e disputas de recursos e de projetos. Também havia muita discordância de algumas ONGs e mesmo de sindicalistas em relação à postura da direção da FETARN no Fórum e aos rumos da ação política em torno da agricultura familiar que os sindicalistas almejavam. As intrigas que culminaram com o fim do FOCAMPO também “deram gás” para a quebra da unicidade sindical e criação da outra federação no estado, a FETRAF do Rio Grande do Norte, o que acabou por redefinir o campo de poder das forças da agricultura familiar.

O estopim para a implosão dessa experiência foi à discussão de um projeto de extensão rural que viria a substituir o Projeto Lumiar, do Governo Federal, apresentado pelos dirigentes da FETARN em uma plenária do FOCAMPO. A FETARN, através de seus representantes políticos nos órgãos do MDA, conseguiu protagonizar esse debate e não abriu mão de ser a gestora do programa de extensão rural. As ONGs e mesmo parte dos dirigentes sindicais da FETARN divergiram prontamente sobre as pretensões da federação, pois entendiam que o FOCAMPO é quem deveria deliberar acerca da implementação do programa de assistência técnica.

Devido à influência nacional do sistema CONTAG, a FETARN sempre conseguiu ter acesso à informações privilegiadas e, no caso das políticas públicas, à primazia de executar determinadas ações nos estados. No que concerne à política territorial não seria diferente, os articuladores territoriais passam por um crivo dos assessores da FETARN, tomando-se como exemplo o Seridó, em relação à indicação do articulador daquele Colegiado Territorial.

O fim do FOCAMPO foi o primeiro grande cisma entre os tradicionais agentes políticos desse campo. A partir de então, dois grandes grupos se formaram e passaram a antagonizar posições nas redes constitutivas do campo de relações da agricultura familiar. Em diferentes espaços sociais ou no interior das menores experiências de socialização, os agentes passaram de uma convivência de tolerância e harmonia relativa para uma disputa pelo poder e controle sobre a hegemonia do campo. Essa lógica que começou na esfera ampliada, no Rio Grande do Norte, foi imediatamente transferida para a atuação nos territórios e nos municípios.

Em 1999, as ONGs que discordavam do sistema FETARN e da forma como estava sendo conduzida a política dos movimentos sociais rurais criaram uma nova rede de articulação política, chamada de Rede Parda. Atualmente, essa rede é constituída pelas seguintes Organizações Não Governamentais: AACC, Centro Padre Pedro, Centro Terra Viva, Centro PROELO, CEACRU, COOPERVIDA, Techne, CPT, Sertão Verde e Centro Juazeiro, dentre as quais apenas a Techne não tem atuação no Sertão do Apodi. AACC não atua diretamente, mas coordena projetos importantes que são implantados por ONGs com atuação no território.

Com alinhamento político atrelado às posições do sistema FETARN/ CONTAG, outras ONGs se agruparam ou foram criadas, destacando-se entre elas a atuação da ATOS, junto com o Centro Pedra de Abelha de Felipe Guerra, Centro Semiárido de Umarizal e o Centro Terra Livre, que integram o grupo de entidades que representam a Rede SISATER⁶, antes chamada Rede PROCAT, no Rio Grande do Norte. Todas as entidades que integram a Rede SISATER têm atuação ou somente atividade no Sertão do Apodi. A ATOS é a maior delas, sendo considerada a “queridinha da FETARN”.

O campo de poder gerido por esses agentes funciona de forma a produzir uma divisão de posições e *status* que classificam os seus agentes como importantes ou não, articulados ou apenas colaboradores, ou ainda entre entidades promissoras ou estagnadas. Os agentes que detêm as melhores posições dão o tom dos discursos, modificam as regras, inventam terminologias e lideram o restante dos agentes no interior do campo, é o que Pierre Bourdieu chama de exercício da violência simbólica.

A força de uma ONG tem relação direta com a posição que ela ocupa no campo de relações em que está atuando. Nesse cenário de relações de poder no campo da agricultura familiar, ONGs como a AACC, enquanto líder da Rede Parda no estado, o SEAPAC e o Centro Terra Viva, através do trabalho no Sertão do Apodi, detêm um grande poder simbólico de reconhecimento perante as demais ONGs. Nesse sentido, ainda se destacam no território do Sertão do Apodi a ATOS, a Sertão Verde e a Terra Livre.

Alguns dos agentes mais reconhecidos do território estão coordenando ou assessorando essas ONGs. A assistente social Claudia Mota nasceu em Caraúbas, mas trabalha há 15 anos para o Centro Terra Viva no município de Apodi. No Sertão do Apodi, Claudia Mota começou sua vida profissional trabalhando em atividades no grupo de idosos, que se reunia no sindicato dos trabalhadores rurais de

⁶O Sisater (Sistema Siscop de Assistência Técnica e Extensão Rural), por sua vez, é uma rede nacional composta por instituições prestadoras de serviços de assistência técnica e de extensão rural para os agricultores ligados ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e filiados a CONTAG e suas organizações. Disponível em: <<http://www.contag.org.br>>.

Caraúbas. A partir de então, foi convidada por Alcivam Viana, na época dirigente sindical, para fazer parte do quadro de assessores da ONG Terra Viva.

Quando questionada sobre como ocorre a divisão de projetos e recursos importantes nas redes de articulação política, Claudia Mota respondeu dando o exemplo do que ela percebe desse processo na rede da ASA: “conta muita a tradição da instituição, sua história, sua área de atuação e sua estrutura para executar as ações”. O primordial nas estratégias de políticas nessas experiências acaba sendo a capacidade de articulação política da ONG nas redes, a cumplicidade ideológica e as afinidades temáticas desenvolvidas nas ações entre os agentes.

Fabrizio Jalesé, agrônomo de formação, integrou o Grupo Verde de Agricultura Alternativa/Grupo Verde da UFERSA. Natural do município de Messias Targino, ele trabalhou na ONG COOPERVIDA e atuou na fundação do Centro Juazeiro, ONG criada no seu município, onde também desempenhou a função de secretário municipal de agricultura. Atualmente, Fabrício é assessor do SEAPAC, na unidade operacional da Diocese de Mossoró. O SEAPAC tem atuação em outros municípios do Sertão do Apodi, para além da área de abrangência do Projeto Dom Helder, tais quais Messias Targino e Patu.

Segundo Fabrício Jales, em relação à quantidade de projetos sendo executados, a AACC é a maior ONG com atuação no Rio Grande do Norte, mas, quando se fala de recursos captados, o SEAPAC se destaca. No território do Sertão do Apodi, a AACC, apesar de não ter técnicos em área, coordena projetos importantes que são desenvolvidos, como: o “Semeando Agroecologia” e o “Balaio de Economia Solidário”, através das ONGs integrantes da Rede Pardal.

O SEAPAC participa da rede da Articulação do Semiárido/ASA – Potiguar, mas não compartilha força nas outras redes, pois há uma compreensão de que por ser uma entidade da igreja, pelo menos oficialmente, não deve firmar lado ou alinhamento político. O respeito e o poder do SEAPAC, que hoje já não tem os mesmos tentáculos políticos, ainda permanecem graças à força da Igreja Católica, sobretudo em outro território do Rio Grande do Norte, o Seridó.

No Sertão do Apodi, um agente considerado “grande ou pequeno, articulado ou desacreditado”, tem relação com composições e alianças políticas alicerçadas, fundamentalmente, no papel desempenhado pelas ONGs no território. A complexidade social do Sertão do Apodi é especulada através da diversidade de seus agentes. Tem-se a hipótese de que o tecido social desse território é em parte originário da existência de um capital social construído pela chegada de agentes externos ao território.

Credita-se ao Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) a presença de muitas ONGs atuando no território do Sertão do Apodi, mas a trajetória de trabalho de muitas dessas organizações é anterior ao PDHC. As ações do Projeto Dom Helder, no caso da experiência do Rio Grande do Norte, agem metodologicamente como instrumento de fortalecimento da política territorial, mesmo não tendo atuação nos 17 municípios integrantes do Sertão do Apodi.

Na década de 1990, após o fim do Projeto Lumiar, ação de assistência técnica do Governo Federal, nas áreas de assentamentos rurais da região, o Projeto Dom Helder se transformou em grande agregador de entidades prestadoras de assistência técnica, o que facilitou o surgimento e fortalecimento das Organizações Não Governamentais no Sertão do Apodi. Através dos recursos disponibilizados pelo projeto, várias ONGs, atualmente, executam atividades produtivas e de assessoria política em áreas de assentamento e comunidades rurais do território.

Sem os recursos do Projeto Dom Helder, e outras fontes de financiamento, certamente, muitas das ONGs que atuam no Sertão do Apodi não teriam a musculatura política que têm hoje, em determinados

casos, nem existiriam. No pequeno município de Janduís, os sindicalistas criaram o Centro Padre Neefs, com o objetivo de conseguir acessar os recursos disponibilizados pelo PDHC, mas, apesar de o centro executar atualmente ações desse convênio, ainda são frágeis diante do poder das demais ONGs com atuação no território, isso porque, ao contrário das demais entidades, ele não diversificou sua linha de financiadores e a captação de recursos para novos projetos fica engessada.

Observa-se que, mesmo com as características gerais do território do Sertão do Apodi, em termos de organização e protagonismo dos agentes, os resultados no que se refere ao desempenho no campo de relações parecem bem discrepantes entre os agentes. Nesse sentido, é latente o papel desempenhado a partir das lideranças localizadas nos municípios de Caraúbas e Apodi. No circuito dos mais articulados nas redes, ainda se pode incluir os agentes dos municípios de Campo Grande, Janduís, Messias Targino e Umarizal.

A combinação de resultados exitosos no que tange à atuação dos agentes e suas consequências para o campo de poder da agricultura familiar, em uma análise objetiva, pode ser resumida em dois fatores: ONGs fortes com grandes parcerias e capacidade de captação de recursos e sindicatos com musculatura política, com poder de mobilização junto às associações rurais. Esse cenário se mostra bastante eficiente nos confrontos existente no interior desse campo de relações e em todo o espaço social do território.

Os ganhos entre os agentes de um campo são compartilhados através de uma de combinação estreita produzida por maior ou menor aproximação dos agentes com alguns dos elementos da matriz de seu *habitus*. Por exemplo, quanto mais próximo do sindicato, da influência da igreja ou de uma articulação com partidos políticos os agentes têm maiores posições de poder no interior do campo.

3.2 OS CONFLITOS EM REDE E A POSIÇÃO DOS AGENTES NO CAMPO DE RELAÇÕES

As redes Pardal e SISATER monopolizam quase todo trabalho de assistência técnica da reforma agrária do Rio Grande do Norte, ambas a redes tem grande atuação no território do Sertão do Apodi. Elas dividem as áreas de atuação através dos territórios, onde suas ONGs desenvolvem, em determinados municípios, projetos de intervenção junto a um público-alvo. Trata-se dos rurais “abençoados” pelas intervenções das ONGs, ou como alguns agentes se referem: “são os meus rurais”.

Os espaços “rurais” que estão sob a área de influência dessas redes são prioritários para execução de seus projetos. Os limites de suas atuações muitas vezes são interpretados como “espaços privilegiados”, quando comparados com as áreas rurais em que nenhuma ONG desenvolve atividade ou tem interesse de trabalhar.

O sindicalista Francisco Edilson, do município de Apodi, analisa a atuação das ONGs através das redes de articulação, a partir do que ele considera uma experiência importante, mas conflituosa:

O Dom Helder (projeto em rede, executado por ONGs no território do Sertão do Apodi) é monopolizado pela Contag [...] a Rede Pardal é muita gente pensando em se dar bem, tem muita gente boa, mas tem muito picareta. O mau da Rede Pardal é que ela quer ser o movimento, e ela não é, era o movimento para fazer as coisas e a Rede só apoiar. Não tenho como questionar o caráter da AACC, da TECNI e outras, mas elas se fecharam muito, elas nos querem quando é pra ir pra uma área, querem que a gente legitime a entrada delas.

As entidades que integram as redes disputam recursos e projetos no campo de relação dos territórios através da atuação das redes. Os territórios são divididos em áreas bem delimitadas para o desenvolvimento de suas ações, uma ONG não invade o espaço da outra. O ex-vereador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ FETRAF de Janduís, Raimundo Canuto, em entrevista para esta pesquisa, também fez referência às disputas por projetos nesses espaços sociais:

[...] reconheço que a briga é grande, é briga de foice pelos recursos dentro dessas Redes [...] se seu município tá [sic] mais afinado, tá [sic] mais organizado, você já pode ter um espelho (de como será) as reuniões dos territórios.

Os editais de captação de recursos quase sempre apresentam propostas que visam à mobilização social em comunidades rurais. As ONGs propõem o desenvolvimento de ações coletivas com o objetivo de contribuir para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento e de emancipação econômica de grupos beneficiados por seus projetos.

As experiências com a Articulação do Semiárido (ASA/ Potiguar) e os Colegiados dos Territórios da Cidadania também reproduzem o modelo de atuação em redes. O líder sindical Pôla Pinto, do município de Messias Targino, tem sua avaliação dessas iniciativas:

[...] temos uma articulação com a ASA, é onde são definidas todas as ações que serão realizadas por seus componentes. Já a experiência do território da cidadania precisa melhorar muito, ele tem sido um espaço para juntar o poder público e a sociedade civil, mas tem coisas que foram definidas que não chegaram a acontecer [...] têm umas coisas que tão entravadas, apesar de ser um espaço importante, tem alguns resultados, tem as barragens que tão pra sair, tem pra sair a campanha de documentação e outros.

As informações e o poder de convencimento dos agentes em rede são utilizados para o alcance de objetivos e das metas estabelecidas dentro de seus projetos locais. Os discursivos dos agentes são elaborados através das redes e se tornam peças-chaves para compreensão desse processo, pois explicitam suas insatisfações, estratégias de atuação, criando cumplicidade entre os demais agentes.

Em Apodi, Francisco Edilson se mostra cético em relação às parcerias com as ONGs e com a atuação das redes:

A ASA perdeu suas características, nós precisamos avançar, discutir outras questões, hoje só se discute essas cisternas, outro passo é o enfretamento com o agronegócio [...]. O caminho pra brigar é o sindicato, mas os recursos são pras ONGs, pra ONGs se darem bem, é importante a gente ter uma ONG não do jeito das outras, mas uma ONG para tentar viabilizar as questões das políticas, é importante a gente ter um agrônomo, um técnico, pra elaborar projetos e disputar os espaços [...].

A atuação das redes nos territórios não foge às tensões inerentes à ação coletiva. Os discursos e as práticas dos envolvidos nas redes revelam mais do que a defesa de interesses coletivos e de consensos harmoniosos, pois mostram a demarcação que existe nesses espaços sociais através da concorrência pelo poder e da capilaridade social dos diferentes agentes. Logo, a dinâmica política imposta confere forma e conteúdo às ações dos agentes no sentido de assegurar-lhes visibilidade e reconhecimento social no seu campo de poder.

Nos primeiros anos da execução do Programa Dom Helder no Sertão do Apodi, ainda existia muita tensão entre as ONGs. Os posicionamentos dos agentes no início do projeto eram, constantemente, carregados de disputas simbólicas pelos recursos e pelas ações a serem desenvolvidas nas áreas de atuação dos municípios ou em relação às alianças com os sindicatos. O poderoso sindicato dos trabalhadores rurais de Apodi foi o divisor de águas no território, as ONGs, fale-se rede Pardal, contrárias ao sistema FETARN/ CONTAG, fecharam-se em torno das possibilidades da organização social já existente no município de Apodi.

Os agentes do Sertão do Apodi, por excelência ONGs e sindicatos, passaram a disputar a legitimidade de representar “os rurais”, seu público, os agricultores familiares e, principalmente, o destino de recursos, programas e ações que pudessem sustentar seus projetos, ou missão, como eles preferem dizer.

4 SOBRE A REALIDADE CONQUISTADA E O FORTALECIMENTO DO CAMPO DE RELAÇÕES

O movimento associativista nos territórios do Sertão do Apodi é considerado uma experiência bem-sucedida de atuação em rede. O surgimento das associações rurais foi seguido da criação de inúmeros fóruns representativos dessas mesmas associações.

As experiências dos chamados fóruns das associações, ou simplesmente fóruns do campo, como são também denominados, rapidamente ganharam a dianteira na corrida pela representatividade da agricultura familiar. Os fóruns das associações, apesar de apresentarem problemas de participação e de funcionalidade, ainda se configuram como espaços de debate das políticas públicas para o segmento. Eles funcionam como alternativas de mobilização política frente à inércia e ao fraco poder de articulação dos tradicionais sindicatos.

A força do movimento associativista funciona como uma oxigenação da representatividade dos agricultores familiares, e não apenas como mais um espaço de atuação. Os agentes, tanto orientados pela FETRAF quanto pela FETARN, padecem de legitimidade, pois suas atuações não têm o mesmo significado que apresentavam em outros momentos.

A experiência das feiras agroecológicas nos municípios do território do Sertão do Apodi também é considerada uma iniciativa bem-sucedida de organização e de compartilhamento de resultados práticos, tanto para os agricultores quanto para os agentes que lideram as redes de articulação política. As feiras agroecológicas foram criadas por iniciativas de sindicatos, associações rurais e ONGs que atuam no território e têm se revertido em uma oportunidade para os agricultores melhorarem suas rendas.

ONGs financiadas com recursos do Projeto Dom Helder, em parceria com a Rede Pardal, ou as ONGs que possuem fontes próprias de financiamento, como é o caso da Visão Mundial, oferecem formação aos agricultores familiares de como produzir hortaliças sem uso de agrotóxicos e sobre o comércio justo. Aliados à formação do cultivo e à produção sustentável, os beneficiados pelos projetos

das feiras recebem todos os equipamentos necessários para o seu funcionamento, tais como barracas, balanças etc.

Os agentes que mais conseguiram retirar proveito dos processos formativos de ONGs, igreja e sindicatos hoje estão liderando as associações rurais na maioria dos municípios e atuando nos partidos políticos, ou dirigindo essas mesmas ONGs. Para Robhson Gurgel, assessor da ONG ATOS no Sertão do Apodi:

O benefício do ponto de vista do capital social é inegável, os agricultores estão empoderados, e isso faz com que muitos busquem conquistar outras coisas. Hoje nós temos pelo menos quatro técnicos trabalhando na ATOS, gente que veio das comunidades e assentamentos, gente que nas primeiras reuniões na comunidade nem falava.

Muitos agricultores familiares ou filhos de agricultores conquistaram inúmeras oportunidades a partir dos recursos sociais mobilizados pela intervenção das ONGs e dos sindicatos, sendo possível acessar outras formas de capital, econômico e cultural. Ainda no Sertão do Apodi, é destacado no Caraúbas o assentamento Santa Agostinha, que, com ênfase na participação dos jovens, obteve importantes ganhos estruturais para seus moradores. Em outras localidades do município de Caraúbas, como Sombras e Milagres, o envolvimento das comunidades possibilitou a conquista de recursos, que foram revertidos para a geração de renda e para a construção de moradias. Todas essas comunidades têm e tiveram um grande trabalho de organização comunitária.

Entretanto, Santa Agostinha é de fato emblemático para o entendimento dos significados das experiências de socialização. O assentamento foi formado por agricultores familiares vindos das comunidades de Mariana e Pedrez, onde já existia uma ebulição comunitária, fruto de um trabalho anterior feito pela igreja em Caraúbas, ocupando as terras que hoje é o assentamento Santa Agostinha. Os agentes que estão à frente da ATOS e do sindicato do município consideram a experiência do Santa Agostinha como modelo no que se refere à relação investimento dos agentes externos *versus* produção de capital social.

Uma das lideranças mais expressivas do assentamento Santa Agostinha é o jovem Evanildo, o qual hoje é formado em Pedagogia e exerce a função de comunicador popular no escritório da ATOS em Caraúbas, onde divulga as ações da ONG no Sertão do Apodi. Natural de Caraúbas, Evanildo é morador do assentamento Santa Agostinha, onde começou sua militância junto ao grupo de jovens, depois se tornou secretário da associação, sendo agora o atual presidente. Evanildo justifica sua posição social e política devido às atividades formativas oferecidas pela ATOS, através do Projeto Dom Helder, em seu assentamento.

Evanildo também lembra que muitos jovens tiveram suas vidas modificadas através dos espaços de participação criados nas comunidades e áreas de assentamento de Caraúbas, argumentando: “jovem que tinha parado de estudar e depois do grupo despertou, voltou a estudar, e hoje tem gente que até universidade está cursando”. O acúmulo da experiência associativa, casado com o acesso à informação e com o compadrio da ATOS, fez com que o assentamento conquistasse creche, reforma das casas e vários outros projetos, graças ao empenho da comunidade e ao envolvimento de seus líderes nos espaços de decisão.

O caso do assentamento Santa Agostinha, no Sertão do Apodi, tem relação com o papel desempenhado pelo Projeto Dom Helder no território. Considerada por muitos agentes, internos e externos ao território, como uma experiência exitosa, as iniciativas desse projeto chamam a atenção na cena social do campo de relações dos agentes da agricultura familiar.

No que tange ao desenvolvimento e ao aprimoramento de tecnologias alternativas de produção agrícola e manejo sustentável, o PDHC também recebe o reconhecimento de seus financiadores, como o FIDA/ONU, com repercussão até na imprensa nacional. O Projeto Dom Helder tem suas experiências, como já visto, apenas em determinadas áreas do Nordeste brasileiro, mas os resultados não são iguais. Caramuru Paiva, ex-coordenador do PDHC, lembra que “mesmo utilizando a mesma metodologia de trabalho, os resultados entre as experiências são diferentes”.

De uma forma geral, quando perguntados sobre o suposto destaque das atividades do programa no território do Sertão do Apodi, os agentes que protagonizam sua execução utilizam-se da mesma argumentação: existência de um potencial para construir e mobilizar capital social. O município de Apodi é o “paraíso” para qualquer militante do movimento social, sendo visto como “o lugar onde tudo funciona melhor”, graças ao poder associativista que o município possui.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área rural de Apodi é o espaço de maior atuação de ONGs no Rio Grande do Norte, e todas chegam ao município em busca do mesmo: capital social. Mas, o assessor do SEAPAC/Dioocese de Mossoró, Fabrício Jales, enfatiza:

Não se engane com esse capital social sem estar aliado à produção de capital econômico. O capital social pode ser o grande mote das ONGs, mas sem uma estrutura econômica para geração de renda que dê lastro às ações, as iniciativas não se sustentam.

Muitos agentes internos e externos acreditam piamente que associações, cooperativas, sindicato e ONGs que atuam nesse recorte territorial têm capacidade enorme de promover o desenvolvimento local almejado por suas cartilhas e projetos de intervenção.

No Sertão que leva seu nome, o município de Apodi é a vitrine do campo da agricultura familiar, e isso não é referência apenas para aquele território, servindo também para todo o Rio Grande do Norte. Aliado a um capital social construído e mobilizado, através das trajetórias de seus agentes, Apodi também tem algo caro a qualquer região do semiárido nordestino: recursos naturais – boas terras e água.

O potencial para exploração, por parte do Projeto Dom Helder, do capital social do território do Apodi também tem relação com o que ocorreria, como descrito, nos municípios de Caraúbas e Campo Grande. Esse verdadeiro circuito de atuação possui relação com a presença de agentes fortemente engajados em sindicatos, associações, ONGs e outras iniciativas de organizações.

Os agentes desse de campo de relações no Sertão do Apodi, no decorrer de suas trajetórias, criaram redes de atuação que foram importantes para estruturar o próprio campo de poder que se constituiu no estado, ao redor do tema da agricultura familiar. Eles adquiriram reconhecimento e legitimidade para se posicionarem como lideranças políticas importantes no espaço social do território.

Em relação às experiências dos agentes, é essencial evitar a reprodução da concepção de que eles são ingênuos ou vivem no “reino da solidariedade”, em contraposição às intenções dos agentes externos

que adentram suas comunidades. Comprar a visão romântica do camponês puro, que vive em uma sociedade particular, não contribui para a elucidação das questões inerentes às ruralidades atuais.

É necessário compreender esses agentes como ativos no processo de construção das redes de relacionamento e que buscam um lugar de destaque na comunidade em que vivem ou no próprio campo de poder. Entender as tramas que ocorrem nas relações entre os agricultores e as associações, sindicatos e ONGs se faz fundamental para desvendar os sentidos de seus projetos de poder, as ambições dos agentes.

É importante também compreender os significados de movimentos realizados, aparentemente corriqueiros, como, por exemplo, a disputa pela presidência da associação ou do sindicato ou mesmo a tentativa de conseguir apoio para conquistar a posição de candidato a vereador representante de um grupo.

Os agentes no território do Sertão do Apodi se inventaram e reinventam em seu espaço social, pois construíram um campo de relações erguido sob trajetórias que se aproximam ou se distanciam das influências de instituições prevaletentes na constituição de um *habitus* coletivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos Territórios**:repensando o desenvolvimento rural. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 9 jan. 2011.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão. A Igreja e o Campo: momentos de uma rica trajetória. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte**: momentos de uma trajetória. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 92-152.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis, 2006. v 600. 255 p.

BAQUERO, Marcelo (Org.). Raízes do Capital Social. In: _____. **Reiventando a sociedade na América Latina**: cultura Política, Gênero, Exclusão e CapitalSocial. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. cap. 13, p. 183-191.

_____. **O Capital Social**: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-69.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O Poder Simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011b.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papiurus, 2011c.

CRUZ, Dalcy da Silva. Igreja Católica no RN: participação Política e Social nos anos 60. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte**: momentos de uma trajetória. Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 41-91.

DUQUE, Ghislaine. Conviver com a Seca: contribuições da Articulação do Semiárido (ASA). **Apropriação e Reapropriação da Natureza, Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008a.

_____. **A articulação do semiárido**: camponeses unidos em rede para defender a convivência no semiárido. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, LeonildeServolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora da UNESP, 2008b. (Coleção História Social do Campesinato). No prelo.

FAVARETO, Arilson da Silva. **As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva: uma década de experimentações.** São Paulo: Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED), 2010. v 1. p. 47-63.

FETRAF, BRASIL. Disponível em: <www.fetra.org.br/site/quem_somos.php>. Acesso em: 22 ago. 2011.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA. **Relatório de Avaliação do FIDA ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de reforma Agrária do Semiárido Nordeste** (Dom Helder Camara). FIDA, 2007.

GOMES DA SILVA, A. et al. (Org.). **Financiamento Rural: dos objetivos às escolhas efetivas.** Porto Alegre: Sulina, 2008. v 1. 167p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário.** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2012.

LIMA, Jacob Carlos. A teoria do Capital Social na Análise de Políticas Públicas. **Revista Política e Trabalho**, n. 17, 2001.

PAIVA, Irene Alves. A Igreja e a Construção de um Espaço Público. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte: momentos de uma trajetória.** Natal: Sebo Vermelho, 2000. p. 178-199.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SIDERSKY, Pablo; JALFIM, Felipe; RUFINO, Espedito. Combate à pobreza rural no semiárido nordestino: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Revista Agriculturas**, v. 5, n. 4, 2008.

VIEIRA, Denes Dantas. **Identidade Rural e Agricultura familiar: o Pronaf sob a ótica dos beneficiados.** 141f. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2., 1999, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande, 1999.